

Data: 25/10/2018

Site/veículo: Site ND Online – Fabio Gadotti

Cidade: Florianópolis

Link: <https://ndonline.com.br/florianopolis/coluna/fabio-gadotti/candidatos-a-presidencia-da-oab-sc-falam-sobre-suas-propostas>

## ENTREVISTA/"A falta de gestão acaba gerando morosidade no Judiciário", afirma Rafael Horn

Advogado disputa com Hélio Rubens Brasil a presidência da OAB-SC, em votação marcada para o dia 28 de novembro

FABIO GADOTTI - 25/10/2018 08H30 - 25/10/2018 09H58

🐦 f ...



Rafael Horn, candidato à presidência da OAB-SC - Divulgação, ND

### **Quais as bandeiras de campanha?**

Prerrogativas profissionais e defesa dos honorários não podem ficar fora. Porém, temos algumas outras bandeiras, como a inclusão. Temos participação feminina intensa, uma candidata a presidente da Caasc (Caixa de Assistência), o que não ocorre há 30 anos. Pretendemos implantar o compliance, aprimorar as regras de governança, com sistemas de qualidade total. E ainda a inovação: um dos pontos é a disponibilização de câmeras de vídeo para gravação de julgamentos e audiências. Porque, muitas vezes, o advogado tem problemas de prerrogativa e não tem como fazer a prova do que aconteceu.

### **Quais as principais pautas que pretende levar aos tribunais?**

Um dos pontos é em relação aos honorários, para isentar o advogado na cobrança de custas judiciais quando ele vai pedir seus honorários. Vamos trabalhar em parceria com as instituições para a melhoria do Poder Judiciário como um todo. E estamos idealizando um aplicativo para que o advogado consiga avaliar constantemente como está o desempenho de cada Vara.

### **Na sua avaliação, qual o principal problema do Judiciário?**

O primeiro grau de jurisdição apresenta defasagem de pessoal e de gestão. Sentimos boa intenção dos gestores do Tribunal de Justiça no sentido de aperfeiçoar, mas esse aumento de demanda nos últimos e, talvez, a falta de qualificação dos servidores acabou gerando uma defasagem muito grande. A falta de gestão de processos e de pessoas acaba gerando morosidade.

### **Como o senhor avalia o projeto do TJ-SC que cria cargos comissionados?**

A defasagem de servidores é latente, então tem que se oportunizar ao gestor público que traga alternativas. Estamos acompanhando de perto essa medida tomada pelo Tribunal de Justiça e estamos ansiosos que o problema seja solucionado, ou pelo menos que diminua a morosidade.

### **A OAB sempre foi importante na discussão, e até mediação, de importantes temas do país. A entidade perdeu esse protagonismo?**

O protagonismo está sempre presente. Tivemos um caso recente em SC, emblemático, que foi a denúncia contra o reitor da UFSC (Ubaldo Balthazar) por exercer a liberdade de expressão no ambiente acadêmico. A OAB teve papel relevante, chamou a atenção contra o autoritarismo estatal. Esse papel vai ser mantido e até ampliado, porque passamos por um período de sectarização, essa polarização que não parece salutar.

### **Como o senhor pretende conduzir as conversas sobre a defensoria dativa?**

A intenção é que, primeiramente, o advogado seja remunerado em dia e dignamente. Porque um problema é a falta de remuneração pelo serviço prestado – o advogado tem que ir ao Judiciário, pedir para a OAB intervir. Falta um pouco de diálogo, e vamos tentar incrementar essa interlocução para demonstrar que da forma como está não vamos ter recursos para pagar os advogados credenciados. Hoje o que existe como base para a remuneração é um fundo, criado por lei estadual, e que remunera uma série de outros profissionais. Comprovadamente, não tem condições de suportar as despesas. Os recursos vão se esgotar e, a partir daí, o advogado ficará à mercê da boa vontade do gestor público. Na ponta, o advogado não vai receber e o cidadão não terá o serviço prestado. É uma questão que

deve ser enfrentada com muita atenção. A ideia de um sistema híbrido (atuação da defensoria pública estadual onde ela está instalada e credenciamento de advogados em outras regiões) suscita grande divergência entre OAB e defensoria pública, que entende que tudo deve ser feito por defensores públicos. Não há capilaridade suficiente, número de profissionais suficientes e recursos suficientes. Seria o mesmo que todos os médicos que atendessem a população carente fossem concursos em órgãos públicos. Da mesma forma, entendo que a advocacia tem que ser credenciada para atuar. E aqueles bons profissionais, pagos dignamente e em dia, permanecerão no sistema e prestando um serviço de qualidade à sociedade catarinense.